



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direito Processual Civil Internacional I

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Isabel Alexandre

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

-

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Identificar as principais e específicas questões processuais que se colocam nos litígios internacionais de natureza cível; identificar o direito aplicável a essas questões processuais (essencialmente, convenções internacionais e regulamentos europeus); verificar o modo como a jurisprudência portuguesa e europeia têm resolvido essas questões.

Conteúdos programáticos

1. Introdução ao Direito Processual Civil Internacional (DPCI)
 - 1.1. Noção de DPCI
 - 1.2. Ramos do direito afins
 - 1.2.1. Direito processual civil europeu
 - 1.2.2. Direito internacional privado
 - 1.3. Princípios do DPCI
 - 1.4. Fontes do DPCI
 - 1.4.1. Fontes internacionais
 - 1.4.2. Fontes europeias
 - 1.4.3. Fontes internas
 - 1.5. Bibliografia
 - 1.5.1. Bibliografia portuguesa
 - 1.5.2. Bibliografia estrangeira
 - 1.6. Jurisprudência
 - 1.7. História
 - 1.8. Sequência
2. Competência internacional
 - 2.1. Competência internacional directa dos tribunais portugueses
 - 2.1.1. Distribuição da competência internacional
 - 2.1.2. Distinção entre competência internacional directa e indirecta, entre competência internacional



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

exclusiva e concorrente e entre competência internacional legal e convencional

- 2.1.3. Direito internacional
- 2.1.4. Regulamentos europeus
- 2.1.5. Regras do CPC
- 3. Sujeição à jurisdição
 - 3.1. Noção
 - 3.2. Imunidades de jurisdição
 - 3.2.1. Estados estrangeiros
 - 3.2.2. Organizações internacionais
 - 3.2.3. Imunidades pessoais
- 4. Particularidades do processo civil com elementos de estraneidade
 - 4.1. Pendência de processo estrangeiro
 - 4.2. A parte estrangeira: personalidade e capacidade judiciárias; patrocínio judiciário
 - 4.3. Custas processuais e direito à protecção jurídica
 - 4.4. Exibição de documentos estrangeiros
 - 4.5. Cooperação jurídica internacional em matéria civil
 - 4.5.1. Citações e notificações no estrangeiro
 - 4.5.2. Obtenção de prova no estrangeiro
 - 4.5.3. Outras formas de cooperação
- 5. Processo europeu para acções de pequeno montante
- 6. Procedimento de decisão europeia de arresto de contas
- 7. Título executivo europeu para créditos não contestados

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os litígios internacionais cíveis colocam problemas processuais específicos, como por ex. o da competência internacional dos tribunais portugueses, o da sujeição de certas entidades estrangeiras à jurisdição portuguesa, o da citação de réus domiciliados no estrangeiro ou o da obtenção de provas no estrangeiro. Estes problemas serão tratados na disciplina, pelo que o Aluno ficará a conhecer as especificidades desses litígios e habilitado a localizar, na vastidão do direito internacional e europeu, o instrumento jurídico aplicável ao caso.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Serão resolvidas hipóteses práticas em aula, estudados acórdãos que versam sobre litígios internacionais de natureza cível e feitas apresentações orais, pelos Alunos, de temas por si escolhidos. Estas apresentações orais serão objecto de avaliação, cuja nota fará média com a nota do exame final escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A resolução de hipóteses práticas e o estudo de acórdãos é fundamental para apreender as especificidades dos litígios internacionais cíveis, face aos litígios meramente internos. Por outro lado, as apresentações orais motivarão os Alunos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

na pesquisa de instrumentos jurídicos europeus e internacionais e ajudá-los-ão na consolidação do seu estudo.

Bibliografia principal

- Alexandre, Isabel, “Jurisdição e competência para os processos relativos a crianças”, in *Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 1173-1204
- Brito, Wladimir, Imunidades dos Estados, in *Anuário Português de Direito Internacional*, Lisboa, 2012-2011, pp. 117-125
- Cruz, Nuno, *Dos privilégios e imunidades das organizações internacionais* (Tese de mestrado; FDUL), 2012
- Gonçalves, Anabela Susana de Sousa,
- * “Âmbito de aplicação do Regulamento n.º 2201/2003 e reconhecimento de decisões em matéria matrimonial – Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 15.1.2013, Proc. 2186/06”, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 44, Outubro/Dezembro 2013, pp. 51-57
- * “As linhas gerais do Regulamento Europeu sobre Sucessões”, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 52, Outubro/Dezembro 2015, pp. 3-19
- * “Cooperação judiciária em matéria civil”, in *Direito da União Europeia, Elementos de Direito e Políticas da União*, Alessandra Silveira, Mariana Canotilho, Pedro Froufe (coord.), Coimbra, Almedina, 2016, pp. 339-391
- Gonçalves, Marco Carvalho, Competência judiciária na União Europeia, in *Scientia Iuridica*, T. 64, n.º 339, 2015, pp. 427-448
- Henriques, Sofia
Os pactos de jurisdição no regulamento (CE) nº 44/2001, Lisboa : Coimbra Editora, 2006
- Marinho, Carlos Manuel Gonçalves de Melo, “As citações e notificações no espaço europeu comum”, *Julgar*, n.º 14, 2011, pp. 29-46
- Martins, Margarida Salema de Oliveira,
Imunidade jurisdicional do Estado-Contratação de funcionária Venezuelana para o Consulado da Venezuela no Funchal : comentário ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16 de maio de 2012,
In: *Anuário Português de Direito Internacional*. - Lisboa, 2012. - 2012, p. 35-43
- Mizarela, Joana
O regime internacional de imunidades de Estados - a citação do Estado estrangeiro,
In: *Anuário Português de Direito Internacional*. - Lisboa, 2012. - 2012, p. 45-60
- Oliveira, Andreia Sofia Pinto
Algumas questões sobre os pressupostos do reconhecimento de protecção internacional a estrangeiros em Portugal
In: *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*. - Coimbra, 2012, p. 349-360. - vol. 1
- Pereira, Joel, Competência em matéria sucessória: novas regras de sucessão internacional por morte, in *Revista do CEJ*, n.º



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2, 2014, pp. 11-26

– Pinheiro, Luís Lima, *Direito Internacional Privado Civil*, vol. III, 2ª ed., 2012

– Ramos, Rui Moura

* A permanência do direito processual civil internacional português : competência internacional dos tribunais portugueses e reconhecimento das sentenças estrangeiras no tempo de Machado Villela e no código de processo civil actual, Coimbra : Coimbra Editora, 1995. - p. 863-892 - Sep. de: *Ab vno ad omnes: 75 anos da Coimbra Editora*, 1995

* A reforma do direito processual civil internacional, Coimbra : Coimbra Editora, 1998. - Sep. de: *Revista de legislação e de jurisprudência*

* *Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002

* *Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional*, v. II, Coimbra, Coimbra Editora, 2007

– Santos, António Marques dos, *Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional*, Coimbra, Almedina, 1998

– Silva, Paula Costa e, 1963-

Jurisdição e competência internacional dos tribunais administrativos: a propósito do Acórdão n. 4/2010 STA,

In: *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*. - Coimbra, 2012, p. 697-712. - vol. 4

– Sousa, Miguel Teixeira de,

* *Litispêndência e compensação no processo civil europeu : Acórdão do Tribunal de Justiça (Quinta Secção) de 8.5.2003*, Proc. C-111/01,

In: *Cadernos de direito privado*. - Braga, 2003. - nº3 (Jul./Set. 2003), p. 25-39

* *Direito processual civil europeu [texto policopiado]*, Lisboa : [s.n.], 2003. - 320 f.. - *Provas de habilitação ao título de professor agregado (Relatório)*, 2004

* *Linhas gerais do Regulamento (CE) nº 1206/2001 relativo à obtenção de provas em matéria civil e comercial*

In: *Cadernos de direito privado*. - Braga, 2004. - nº8 (Set./Dez. 2004), p. 34-43

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Syllabus

(maximum 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximum 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximum 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.